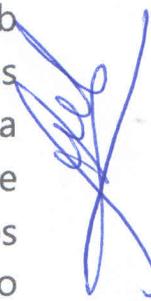


ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2022 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI (RJ) – MERITI PREVI

1-DATA, HORA E LOCAL: Em 17 de março de 2022, às 15:02h, na sala da Presidência do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João de Meriti – MERITI PREVI, situado à Rua Defensor Público Zilmar Pinaud, 232/2º Piso, nesta Cidade. 2-CONVIDADO: O Diretor de Investimentos, Djan Wagner da Silva Fernandes. 3- MEMBROS PARTICIPANTES: Presidente do Conselho Fiscal, Carlos Vinícius Alves Souza; Vogal, Priscila Pessanha da Silva; Vogal, Adilson Mesquita Nunes; Vogal, Márcio Magalhães Dias; Vogal Jailton Paschoal de Farias e o Secretário Ad hoc, Helio de Carvalho Araujo. PAUTA: 1 - Relatório dos investimentos do Meriti-Previ, de 2021, em resposta à solicitação deste Conselho ao novo Diretor de Investimentos; e 2 - Assuntos gerais. A sessão foi presidida pelo Presidente do Conselho Fiscal, Carlos Vinícius Alves Souza. Aberta a sessão, o Diretor de Investimentos informou que o relatório a ser apresentado já foi submetido ao Conselho Deliberativo. Ele iniciou dizendo que as principais instituições em que o Meti Previ tem credenciamento são: Banco Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, e que anualmente precisa ser renovado tal credenciamento. Djan disse que, de acordo com as orientações do presidente, do Instituto, Altair Soares, a ideia é seguir por essas três. Os tipos de ativos que se vão investir são separados nos seguintes segmentos: de renda fixa, renda variável e investimento no exterior. Djan disse que isto é designado pela resolução 4.963 de novembro de 2021, mas que antes existia uma outra que era a 3.922, que disciplinava os investimentos no RPPS. Em novembro passado o Conselho Nacional implantou esta nova resolução e, por isto, foi necessário refazer a política de investimento do Meriti Previ e submetê-la novamente, porque a política tinha prazo até 31 de

dezembro, mas como a nova resolução foi criada em 25 de novembro, eles prorrogaram o prazo para reenvio da política. Djan afirmou que o instituto só tem investimentos em renda fixa e renda variável em seis fundos, mas que 93% da sua carteira está nos três seguintes fundos: Catânia, Urca e FP2. Dois de renda fixa e um de renda variável. O Catânia é administrado pela BFL e o gestor do Fundo é a Arena. Djan explica que o administrador é o responsável pelos documentos do fundo. O gestor é o que compra, vende e busca rentabilidade. Constantemente há mudança de gestor desse fundo, por não conseguir manter. Todos estes três fundos estão em processo de liquidação, mas isto depende da venda de ativos, de ações judiciais. O Fundo Catânia se encontra sob demanda judicial, o único, porém, que foi possível encontrar o processo. Quanto aos outros dois, a procuradoria vem fazendo uma busca para identificá-los. O Meriti Previ contratou um advogado especialista em fundo de investimento buscando recuperar os recursos financeiros. Quanto ao Urca e FP2, também estão sob demanda judicial, mas que está se buscando junto à Procuradoria quais ações estão tramitando com relação a estes fundos. O Urca, anualmente, vem ocorrendo amortização de cota – neste fundo se está conseguindo obter amortização e, assim, ter liquidez, até ele acabar. O FP2 é um fundo de renda variável, sob demanda judicial ainda mais complexa. Isto porque os administradores e gestores se utilizam de artifícios que dificultem a apuração e a recuperação dos ativos – como por exemplo o uso de vários CPFs e coisas do gênero. Djan apresentou o saldo dos investimentos, mensalmente, de janeiro a dezembro. Em janeiro, o Instituto tinha R\$1.745.000,00 investidos, sendo 74% em renda fixa e 26% em renda variável. Destes, estão investidos nestes três fundos problemáticos, Catânia = R\$ 830 mil; Urca = R\$ 349 mil e o FP2 = R\$ 427 mil – representando 93% do total investido. Hoje, há investido R\$ 1.122.000,00, apresentando assim uma redução. Djan ressaltou que o percentual de investimentos está desenquadrado, bem acima do estipulado. Ele informa que seriam necessários cerca de R\$ 8 milhões para entrar no enquadramento da carteira. Quanto à rentabilidade no



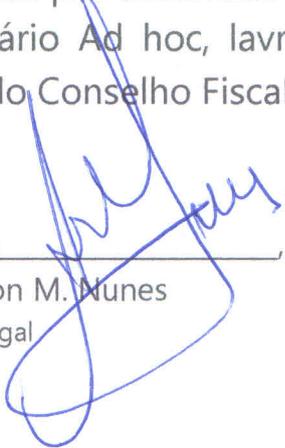
exercício 2021, Djan informou que está negativo, havendo uma desvalorização na ordem de R\$ 384 mil, e que só o fundo Catânia desvalorizou R\$ 313 mil, em um único mês. A solução seria o resgate, mas isto só é possível judicialmente – o que já está sendo feito. O Diretor de Investimento disse ainda que estes fundos prejudicam a rentabilidade em um todo. Finalizando, Djan apresentou alguns dos objetivos que se pretendem alcançar daqui para frente. Quanto ao que cabe à diretoria de investimento, buscar o equilíbrio da carteira e enquadrar os fundos – para tanto, serão necessários cerca de R\$ 8 milhões; alterar a política de investimentos para 2022, em atendimento à nova resolução; atingir a mata atuarial, que é o IPCA + 4,71 – que é o maior desafio; renovar o credenciamento das instituições e fundos, que precisa ser feito anualmente – providência indispensável para que se possa fazer novos investimentos; manter em dia os demonstrativos da secretaria de previdência; e manter um relatório de investimentos atualizado e mensal. O presidente do Conselho solicitou que fosse emitido o relatório, impresso, de tudo que foi apresentado nesta reunião. O que foi atendido imediatamente. Não tendo mais nada a tratar, às 17:13h, o Presidente do Conselho Fiscal, Carlos Vinícius Alves Souza deu por encerrada esta reunião. Eu, Helio de Carvalho Araujo, Secretário Ad hoc, lavrei a presente Ata que vai assinada pelos membros do Conselho Fiscal:



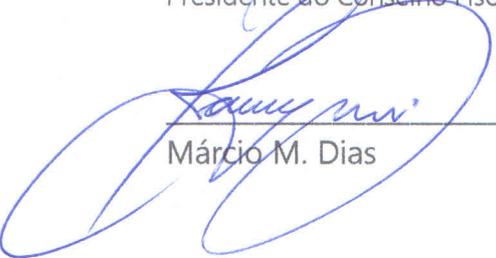
Carlos V. A. Souza
Presidente do Conselho Fiscal



Priscila P. Silva;
Vogal



Adilson M. Nunes
Vogal



Márcio M. Dias



Jailton P. de Farias